

Porto Maravilha dos residenciais e das grandes corporações: discursos de um prometido “legado olímpico”

*Porto Maravilha of residential condos and big corporations: discourses on a
promised “Olympic legacy”*

Ricardo Ferreira Freitas

Professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Sociologia - Université Paris V (René Descartes) (1993), com bolsa da CAPES. Desenvolveu estágio pós-doutoral em Comunicação no CEAQ/Sorbonne com bolsa da CAPES (2006/2007) e Estágio Sênior em Comunicação e Sociedade com bolsa da CAPES na Universidade Paul Valéry-Montpellier 3. É consultor ad hoc da CAPES e da FAPERJ.

Vania Fortuna

Pós-doutoranda em Comunicação (UERJ). Doutora em Comunicação (UFF). É professora dos cursos de jornalismo e publicidade e propaganda da Universidade Veiga de Almeida (UVA), membro dos grupos de pesquisa Comunicação Urbana, Consumo e Eventos, e Comunicação, Arte e Cidade (CAC).

Mônica C P Sousa

Pós doutoranda em Comunicação (UERJ). Doutora em Comunicação (UFF). Membro dos grupos World of Journalism Study e Geografias da Comunicação. Docente na Universidade Veiga de Almeida.

Artigo submetido em 12 de Agosto de 2019

Aceito em 25 de Novembro de 2019

RESUMO

Este trabalho investiga a produção de sentidos do Porto Maravilha na cobertura do jornal O Globo, do Rio de Janeiro. Sob a perspectiva teórico-metodológica de Eni Orlandi (1999), analisamos reportagens veiculadas entre 2010 e 2014 que produziram “efeitos

Dossiê **Espaço Urbano e Imaginação Cultural** – <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 22, n. 3, 2019.

DOI: 10.29146/eco-pos.v22i3.27413

de verdade” sobre a “revitalização” como o “caminho único” para tornar a zona portuária um lugar cobiçado por moradores da classe média e corporações transnacionais. Encontramos nessas regularidades discursivas evidências de um trabalho de memória da degradação e do passado histórico da região que acaba por estimular a especulação imobiliária. Discursos que se mostram atravessados pelos interesses da parceria público-privada que viabilizou o Porto Maravilha, tomado como um legado dos Jogos Olímpicos de 2016. Mas esse argumento se revelou uma “armadilha” discursiva. No que tange à ocupação da área por moradores da classe média e pelas corporações transnacionais, o que seria legado ainda é promessa.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso jornalístico; legado olímpico; memória; Porto Maravilha.

ABSTRACT

This work investigates the production of senses of Porto Maravilha in the coverage of the newspaper O Globo, from Rio de Janeiro. From the theoretical-methodological perspective of Eni Orlandi (1999), we analyzed reports, published between 2010 and 2014, that produced “real effects” on “revitalization” as the “only way” to make the port area a coveted place for middle class residents and transnational corporations. We find in these discursive regularities evidence of a memory work of the degradation and the historical past of the region that ends up stimulating real estate speculation. Discourses that are crossed by the interests of the public-private partnership that made Porto Maravilha viable, taken as a legacy of the 2016 Olympic Games. But this argument turned out to be a discursive “trap”. Regarding the occupation of the area by middle class residents and transnational corporations, what would be a legacy is still a promise.

KEYWORDS: Journalistic discourse; Olympic legacy; Memory; Porto Maravilha.

RÉSUMÉ:

Cet ouvrage examine la production de sens de Porto Maravilha dans la couverture du journal O Globo de Rio de Janeiro. Du point de vue théorique-méthodologique d'Eni Orlandi (1999), nous avons analysé les rapports publiés entre 2010 et 2014 qui produisaient des «effets réels» sur la «revitalisation» en tant que «seul moyen» de faire de la zone portuaire un lieu convoité pour les résidents de les classes moyennes et les sociétés transnationales. Nous trouvons dans ces régularités discursives la preuve d'un travail de mémoire sur la dégradation et le passé historique de la région qui finit par stimuler la spéculation immobilière. Des discours traversés par les intérêts du partenariat public-privé qui a rendu Porto Maravilha viable, considéré comme un héritage des Jeux Olympiques de 2016. Mais cet argument s'est avéré être un «piège» discursif. En ce qui concerne l'occupation de la région par les résidents de la classe moyenne et les sociétés transnationales, ce qui serait un héritage est toujours prometteur.

MOTS-CLÉS: Discours journalistique; l'héritage Olympique; la mémoire. Porto Maravilha.

1. Introdução

Muito diferente da lógica da ambiguidade da palavra *alethéia* (não-esquecimento) na Grécia pré-socrática, a (im)positiva “verdade” jornalística garante a quem a anuncia o privilegiado estatuto do conhecimento e, portanto, de tudo-lembrar. Na mitologia grega, as musas são as guardiãs das reminiscências e cada uma cuida de um ramo especial da literatura, da ciência e das artes. As nove filhas de Júpiter com Mnemósine são cantadas pelos poetas, encharcados nas águas da memória, por serem as guardiãs da inspiração e do conhecimento. Quase três mil anos depois, estamos diante de uma pós-musa que, travestida em instância de saber-poder enunciador de palavras de ordem, tenta regular os fluxos constitutivos de memória. (Mendonça, 2007, p. 184)

A analogia proposta por Mendonça (2007) nos faz refletir sobre a miríade de questões que envolve o jornalismo enquanto “guardião do conhecimento e da memória”. As reportagens de *O Globo* aqui analisadas apontam o jornal como um dos principais atores da construção discursiva do consenso sobre a “inevitabilidade” da “revitalização” da zona portuária do Rio de Janeiro. Encontramos evidências de um trabalho de memória nas regularidades discursivas que legitimam o Porto Maravilha. Os silenciamentos produzidos pelo jornal dão a ver que os discursos estão atravessados pelos interesses da gestão urbana e de empresários, notadamente de empreiteiros, na medida em que não se discutem determinados conflitos sociais gerados/agravados pelo projeto neoliberal de cidade.

Nesse sentido, entendemos o jornal impresso do sistema Globo, percebido no Rio de Janeiro como o principal enunciador da grande mídia, como uma “pós-musa” a quem a parceria público-privada do Porto Maravilha encontrou apoio para se impor como inevitável à cidade. A “verdade” jornalística legitimadora do estatuto de “tudo-lembrar” teve um papel central no processo simbólico de legitimação da “revitalização”.

A partir de 2010, ano em que o Porto Maravilha começou a se materializar nos espaços da cidade e da mídia, *O Globo* atualizou a memória da degradação da zona portuária para instaurar um “sentimento” de crise urbana, construindo discursivamente a ideia da “inevitabilidade” de uma transformação urbana para a “recuperação” da imagem da cidade e, por conseguinte, para atrair turistas e investidores. Entrelaçada a

essa prática discursiva constata-se a valorização simbólica da região pela restauração do que foi alçado à categoria de patrimônio histórico-cultural e pela construção de museus “espetaculares”, a saber, o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã. Tudo isso seria fundamental para a visibilidade da cidade nos Jogos Olímpicos de 2016.

Além disso, estimulou-se o retorno de moradores da classe média ao Centro do Rio pelo argumento de que morar perto do trabalho, de infraestrutura de serviços e de entretenimento cultural é mais saudável e econômico, um estilo de vida que se tornou tendência nas cidades globalizadas. Com relação ao mundo corporativo, a ênfase era na construção de torres corporativas com tecnologia de ponta e arquitetura arrojada e sustentável, atrativos indispensáveis às grandes empresas que desejavam se instalar na “nova” centralidade econômica global. E é para essa produção de sentidos, que se imprime como um “canto da sereia” para a ocupação residencial e corporativa, que voltamos o nosso olhar.

A metodologia adotada é a Análise de Discurso sob a perspectiva teórico-metodológica de Eni Orlandi (1999), que implica a problematização dos mecanismos dos processos de significação que governam a formulação dos discursos. Conforme propõe a autora, é nesse momento que a discursividade se faz visível. As matérias jornalísticas analisadas estão formuladas de maneiras diferentes, mas é o *como* estão formuladas que define as significações que as governam.

A análise de algumas reportagens veiculadas por *O Globo* entre 2010 e 2014 nos permite problematizar o gesto do jornal em constituir-se numa espécie particular de “guardião da memória oficial” da zona portuária do Rio. A tentativa de controlar os fluxos de memória aparece como importante estratégia discursiva na defesa de um modelo urbano neoliberal que trata a cidade ora como empresa, ora como mercadoria. Tudo isso nos leva a refletir criticamente sobre o papel do jornalismo, visto que em grande medida ele se mostra indissociável das estratégias de *branding* urbano que trabalham a imagem do Rio como marca num amplo processo de espetacularização da cidade.

2. Elevado da Perimetral: “vilão” no gesto de atualização da memória da degradação

Na construção discursiva de um consenso sobre a “revitalização” da zona portuária do Rio de Janeiro, o jornal *O Globo* veiculou inúmeras matérias que valorizavam simbolicamente o passado histórico da região. Como aponta Harvey (1992), a história e a tradição locais são capitais simbólicos que se convertem em mercadoria na medida em que se transformam em marcos de distinção de espaços “revitalizados”. Na disputa pelos sentidos de uma imagem distintiva de lugar, os discursos do Porto Maravilha, a exemplo de cidades-modelo internacionais, se apropriaram da memória da região, da conservação patrimonial, da construção de museus “espetaculares” e de uma profusão de eventos culturais como operadores discursivos para atrair, além de turistas e investidores, moradores da classe média e grandes empresas, sobretudo as transnacionais.

A polêmica acerca do Elevado Juscelino Kubitschek, nome oficial da Avenida Perimetral, não era nova. Durante décadas, urbanistas e políticos responsabilizaram o elevado pelos danos paisagísticos, ambientais e culturais causados à zona portuária. A memória da Perimetral como “símbolo maior” da degradação era atualizada pela gestão urbana para legitimar a demolição do elevado e a construção de vias expressas em seu lugar. O jornal *O Globo*, por sua vez, deixava explícito o apoio à demolição, corroborando os argumentos da gestão urbana. Destacamos uma reportagem que dá o tom sobre o assunto.

“A história do viaduto mais odiado do Rio” é o título da matéria veiculada em 27 de novembro de 2011. Uma foto mostra a igreja da Candelária do ângulo de visão de quem está na Baía de Guanabara. Ou seja, sob a perspectiva de quem está chegando à cidade pelo Cais do Porto. O viaduto “feio” irrompe na paisagem. Uma fotomontagem apresenta a mesma imagem sem o elevado “atrapalhando” o “cartão-postal”, afirma a legenda. O *lead* desqualifica o elevado: “Mostrengo arquitetônico, trambolho cinza e escuro, aberração, estraga-paisagem, mal estético” – a lista de adjetivos aponta para o

elevado da Perimetral como uma “estrutura non grata” na cidade. A figura 1 reproduz a matéria analisada.



FIGURA 1- Foto da paisagem com o Elevado da Perimetral e fotomontagem sem ele.
 FONTE: *O Globo*, 27 de novembro de 2011, p.26.

O gesto de atualizar a memória do elevado como um dos responsáveis pela degradação construía uma expectativa futura. A demolição era tomada pelos discursos como fundamental à “revitalização”. A prefeitura começava uma campanha de retorno ao Centro da cidade. Para atrair construtoras, investidores e o tipo de morador/consumidor desejado, a gestão urbana precisava transformar a zona portuária em área nobre. Como a região seria uma área nobre sendo passagem para outros bairros e cidades? Demolir a Perimetral acabaria com essa imagem de passagem. A campanha de demolição direcionava os sentidos para a “inevitabilidade” das obras de mobilidade urbana e de embelezamento da região.

A memória coletiva da degradação ligada à Perimetral, dessa forma, era atualizada com vistas a atender às demandas do Porto Maravilha. Ao formular o conceito

de memória coletiva, Halbwachs (2006) admite uma dimensão individual da memória, mas afirma que muitos dos referentes que ajudam o indivíduo a lembrar são sociais. Nesse sentido, não existe uma memória puramente individual porque parte dela é construída na interação com a sociedade. Apesar das lembranças individuais penetrarem na memória coletiva, elas são reelaboradas no momento em que se agregam a um conjunto de lembranças que transcende a consciência pessoal. A memória se reconstrói, portanto, a partir do presente.

O gesto do jornal de sistematicamente “lembrar” a degradação da zona portuária e as cidades-modelo internacionais que “driblaram a crise urbana” e se “reinventaram” seleciona um passado e o atualiza como memorável na construção de um consenso em torno do Porto Maravilha. Essa prática discursiva dá a ver que a memória não é um olhar para trás, mas sim um gesto de atualização do passado no presente. E a atualização, como afirma Orlandi (1999), para além de intrínseca ao acionamento da memória, pode ser estrategicamente orquestrada para produzir novos ou reiterar antigos sentidos.

O Porto Maravilha segue uma padronização de espaços urbanos em escala global sustentada por um grande discurso neoliberal que muito se ancora no poder de uma cultura e de uma política de memória crescente nas últimas décadas. Para além de pensar a relação dos discursos da cidade sob a ótica governamental e hegemônica, como *O Globo* apreenderia a lógica de uma zona portuária mais digna para seus habitantes se a memória da degradação e da desordem enquadrada nesses discursos era mantenedora de uma ordem? Como adverte Huyssen (2000), são os modos de rememoração que nos definem no presente. Precisamos do passado para ancorar as identidades e alimentar uma visão de futuro.

Ao revisitarmos o passado, a vontade presente tem o poder de direcionar *o que e como* lembramos. Não se trata de crer numa memória fundamentalmente pura. A questão perpassa a orientação do enquadramento no nosso presente. Os estudos de Huyssen (2000) remetem ao questionamento que fazemos sobre a atualização da memória nos discursos hegemônicos do Porto Maravilha, enquadrada por uma construção de consenso que “vendia” a “inevitabilidade” de um projeto neoliberal de

cidade e a ressignificação da zona portuária. A reportagem sobre a demolição da Perimetral, que se efetivou em dezembro de 2014, se estabelecia nessa lógica.

Entre 2010 e 2014, legitimar a derrubada do “símbolo maior” da degradação servia à construção discursiva da região como lugar de moradia ideal para uma classe média atenta ao estilo de vida globalizado. A zona portuária “revitalizada” também era apresentada como a “nova” centralidade financeira da cidade, com prédios altamente tecnológicos e sustentáveis que abrigariam grandes corporações. Seria mais um legado olímpico, visto que o Porto Maravilha só saiu do papel quando o Rio de Janeiro foi eleito sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Todo esse processo simbólico acirrou a especulação imobiliária.

3. Porto Maravilha como legado olímpico: o futuro como recurso da especulação imobiliária

O discurso do legado acelerava o futuro para estimular a especulação imobiliária. Destacamos três reportagens nas quais identificamos o atravessamento de dois movimentos de memória da gestão urbana. O primeiro começa em 2010, quando houve sistemática atualização da memória da degradação para instaurar a “inevitabilidade” da “revitalização”. Essa estratégia construía discursivamente o Porto Maravilha como legado olímpico. Com esse argumento, a prefeitura propunha a construção de prédios que abrigariam árbitros e mídia, o Porto Olímpico. Depois das Olimpíadas, esses prédios se tornariam condomínios residenciais.

Em 2014, com o Porto Maravilha viabilizado por uma parceria público-privada (Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia)¹, o então prefeito Eduardo Paes (2009-2012 e 2013-2016) cancelou o Porto Olímpico. Temos, dessa forma, um segundo movimento de memória: o “esquecimento” do que antes era promessa de legado. Vejamos a mudança de discurso nas reportagens a seguir.

Em 2 de maio de 2010, a manchete “A nova âncora do Porto” intitulava a matéria

¹ Vale registrar que as três empreiteiras (Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia) estão entre as empresas investigadas na Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal em 2014.

que anunciava o projeto Porto Olímpico.

Com o objetivo de reforçar o legado econômico, social, habitacional e de infraestrutura que as Olimpíadas de 2016 vão deixar para o Rio, a prefeitura pretende propor ao Comitê Olímpico Internacional (COI) a transferência, da Barra da Tijuca para a zona portuária, de parte das instalações esportivas e de apoio dos Jogos [...] os equipamentos requalificariam uma região completamente degradada, com terrenos vazios e prédios abandonados [...] Com as mudanças o poder público visa alavancar não apenas a Francisco Bicalho, mas a revitalização de toda a zona portuária, já em andamento com as obras do Porto Maravilha. A expectativa é que se crie uma onda de impacto positiva para negócios e novas moradias [...]. (*O Globo*, 2/5/2010, p. 18)

Quando o Rio apresentou sua candidatura à sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a “revitalização” da zona portuária não fazia parte do projeto olímpico. Mas torná-la “olímpica” e, por conseguinte, um legado, traria credibilidade ao Porto Maravilha. Valendo-se do poder simbólico que envolve os megaeventos esportivos internacionais, em 2010 a prefeitura propôs ao Comitê Olímpico Internacional (COI) a transferência de alguns equipamentos olímpicos temporários e permanentes, que seriam na Barra da Tijuca, para a zona portuária.

As Vilas de Mídia e de Árbitros, por exemplo, seriam, após as Olimpíadas, convertidas em prédios residenciais, comerciais ou de escritórios. O legado se estabelecia como estratégia discursiva para “revitalizar” economicamente a região. A retranca “Mercado da Barra pode ficar saturado até 2016” indicava o atendimento da prefeitura às demandas do mercado imobiliário. Estudos da Associação dos Dirigentes do Mercado Imobiliário (ADEMI) mostravam que havia muitos prédios prontos e em construção na Barra da Tijuca, o que tornaria difícil a comercialização das instalações convertidas em prédios residenciais.

O COI aceitou a proposta de Paes. Em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), a prefeitura realizou um concurso de projetos. O escritório de arquitetura vencedor do projeto Porto Olímpico recebeu R\$ 80 mil. Seriam construídos as Vilas de Mídia e de Árbitros, centro de convenções, equipamentos olímpicos temporários e um hotel.

O condomínio de prédios que abrigaria a mídia não credenciada (jornalistas que acompanham o dia a dia da cidade, não as competições) e os árbitros recebeu o nome de

Porto Vida Residencial. Lançado em 2013 pelo grupo Porto 2016 Empreendimentos Imobiliários, formado por Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, o primeiro condomínio residencial aparecia nos discursos da “revitalização” como um marco no retorno de uma classe abastada ao Centro da cidade.

Além de estimular a ocupação por moradores da classe média, o discurso do legado também produzia sentidos de uma “nova” centralidade econômica global. Em 19 de novembro de 2012, a reportagem intitulada “Trump atraca no Porto” anunciava a zona portuária como “a porta de entrada de negócios do bilionário Donald Trump no Brasil”. Uma grande foto apresenta uma simulação das torres na avenida Francisco Bicalho. A figura 2 reproduz a matéria analisada.



FIGURA 2- Fotomontagem das Trump Towers Rio.

FONTE: *O Globo*, 19 de novembro de 2012, p.16.

As *Trump Towers Rio* – cinco torres de 38 andares cada, das quais duas ficariam prontas até 2016² - são representadas como “âncoras” para investimentos estrangeiros. Donald Trump declara que “investir no Rio de Janeiro e no Brasil será algo fantástico”. Eduardo Paes afirma que “a marca Trump demonstra uma confiança fantástica dos empresários no Rio. Com o Porto Maravilha, a cidade reverteu a lógica de abandonar áreas degradadas e continuará a se expandir territorialmente” (*O Globo*, 19/12/2012, p. 16).

Em “A nova âncora do Porto”, reportagem citada anteriormente, notamos um primeiro movimento de memória: o gesto de atualização reforça a zona portuária como espaço vazio, degradado, e a importância de tornar a “revitalização” oficialmente um legado olímpico para viabilizar o Porto Maravilha. Na seleção que o jornal faz do passado está presente o projeto de futuro. Como o Porto Olímpico também visava acelerar uma “nova” centralidade corporativa, com a construção de megaedifícios que se tornariam sedes de grandes empresas, notadamente transnacionais, a matéria sobre as *Trump Towers Rio* contribuía para a valorização mercadológica da região.

O Porto Olímpico não se materializou. No início de 2014, Paes decidiu transferir as Vilas de Mídia e de Árbitros para Jacarepaguá, zona oeste do Rio. O argumento do prefeito para a mudança era a economia de cerca de R\$ 70 milhões para o Comitê Organizador Rio 2016, visto que a entidade teria que pagar uma espécie de aluguel ao consórcio construtor pela execução do projeto. Diante disso, em 24 de novembro de 2014 a reportagem “Do Porto ao Anil” anunciava a transferência dos equipamentos olímpicos para os conjuntos do Minha Casa Minha Vida em Jacarepaguá. Não seria necessário o pagamento de taxa de ocupação naquele condomínio, porque ele já estava previsto para receber moradores removidos de áreas de risco e de locais por onde obras de infraestrutura urbana passariam.

A reportagem descreve o terreno do bairro do Anil, a forma de acesso ao local e a

² As demais seriam construídas conforme a demanda do mercado.

precariedade do entorno: “[..] as ruas e avenidas que contornam a área da vila são estreitas e muito movimentadas. E o canal do Anil não é uma visão agradável. Ele exala forte odor de esgoto. O assoreamento e a poluição do canal são evidentes”. Eduardo Paes justifica sua decisão:

- O terreno já estava desapropriado. A área escolhida está degradada e precisa de investimentos. Ao levar a vila para lá, isso obriga o município a fazer investimentos em acessos, por exemplo. A ideia é trazer melhorias para uma área da cidade que não está resolvida. O Porto já está resolvido urbanisticamente. [...] Lá atrás, quando decidimos levar a vila para o Porto, ainda não tínhamos viabilizado a operação urbana consorciada que está permitindo a revitalização. A gente precisava de indutores, de projetos catalisadores. Mas hoje, o Porto não precisa mais desse ativismo estatal. Construir no Anil tem mais impactos em termos de legado para a cidade. Já soubemos que uma construtora quer erguer um shopping ao lado da vila no Anil – acrescentou o prefeito. (*O Globo*, 24/11/2014, p. 7)

Os argumentos da degradação e do legado, que anteriormente atenderam às demandas do projeto, são deslocados para justificar a escolha do novo local. Com o Porto Maravilha viabilizado pela parceria público-privada, o que era para ser o legado num primeiro momento – “revitalização”, prédios residenciais e corporativos – passa a ser a urbanização de outras áreas e a mobilidade da cidade. Observamos um segundo movimento de memória: se entre os anos 2010 e 2013 o discurso era que o futuro chegaria à zona portuária com as Olimpíadas, em 2014 o prefeito apaga a memória do Porto Olímpico em função de mais uma demanda do mercado imobiliário. O Anil fica em Jacarepaguá, bairro do Parque Olímpico, próximo a Barra da Tijuca, cujo potencial de valorização imobiliária aumentaria diante das obras de urbanização e dos BRTs.

O prefeito admite que o Porto Olímpico fazia parte de um “ativismo estatal” para viabilizar financeiramente o Porto Maravilha. A estratégia foi bem-sucedida. Além de deixar isso claro sem nenhum tipo de constrangimento, Paes não fala das obras do Porto Vida Residencial, interrompidas pouco depois que o Porto deixou de ser olímpico. Apenas 25% das obras foram concluídas. *O Globo*, por sua vez, não problematiza essa questão e tampouco a utilização do argumento do legado como uma “armadilha” da gestão urbana. A paralisação das obras do Porto Vida Residencial aparece de forma

objetiva e simplificadora. O jornal se limita a dizer que “a construtora Odebrecht informou, por intermédio de sua assessoria, que ainda não tem data para retomar as obras, que passam por readequação financeira”. Esta informação é direcionadora de sentidos, uma vez que resume o “problema Porto Vida” ao consórcio de construtoras, silenciando que era a própria prefeitura que financiava as obras do residencial.

Sobre os investimentos em megaedifícios corporativos projetados para atrair grandes empresas para a zona portuária, temos uma reportagem emblemática publicada em onze de outubro de 2014: “De volta para o futuro”.

Há lugares no Rio que proporcionam verdadeiras viagens ao passado, como Santa Teresa. Mas um passeio pela zona portuária, uma das áreas mais antigas da cidade, é uma chance de ver um encontro entre passado e futuro. Andar por ali é como assistir a uma nova etapa da história do Rio ser desenhada. Sobre um terreno que abrigou trapiches e cais, pelo menos oito grandes empreendimentos privados, entre hotéis e prédios comerciais de arquitetura moderna e com predominância de vidros nas fachadas, estão com obras em andamento. [...] Apesar da velocidade dos anúncios para a região, o ritmo dos projetos ainda é lento. A culpa, afirmam empresários envolvidos com negócios da zona portuária, é da retração da economia no país. [...] Em três dias, em junho de 2013, foram vendidos os 450 quartos de um outro prédio que abrigará dois hotéis (das bandeiras Ibis e Novo Hotel) e as 330 salas de uma torre no complexo Porto Atlântico Leste [...] Somente um empreendimento residencial está saindo do papel: o Porto Vida, próximo a Rodoviária Novo Rio, que foi freado pela decisão do comitê organizador do Jogos de 2016 de tirar dali as Vilas de Mídia e de Árbitros das Olimpíadas. O projeto e o cronograma estão sendo revistos. [...] Com o metro quadrado para espaços comerciais avaliado em R\$ 15 mil (o mesmo valor de Botafogo, mas ainda abaixo dos melhores pontos do Centro, onde custa R\$ 20 mil), a zona portuária, apostam investidores, deve atrair principalmente empresas já instaladas na cidade. [...] Para Stefan Ivanov, CEO do consórcio que vai lançar as Trump Towers (ainda no papel), o Porto Maravilha ocupa um vácuo de espaços corporativos de alto padrão na cidade. (*O Globo*, 11/10/2014, p. 17)

A reportagem parece uma propaganda dos hotéis e dos prédios comerciais, dando a ver o jornal como um importante ator do *branding* urbano. Segundo Jaguaribe (2011), a eleição do Rio como sede de megaeventos esportivos possibilitou a implementação de um projeto de cidade que visa transformá-la em competitivo globalmente. Tornam-se cruciais estratégias de visibilidade e de identificação no imaginário global por meio de investimentos publicitários conhecidos como *branding*. Para a autora, na atual economia capitalista o *branding* se desenvolve pela ação conjunta entre autoridades administrativas e políticas, empresários do setor privado, arquitetos,

urbanistas e agências de publicidade. Mas, como nossa análise de *O Globo* aponta, podemos incluir nessa ação conjunta o jornalismo.

[...] O *branding* urbano é uma invenção deliberada que faz uso de uma variedade de repertórios e representações para maximizar lucros e recursos. As estratégias de *branding* são autoconscientes, instrumentais e pragmáticas porque a dimensão criativa está a serviço do incremento lucrativo. Embora o *branding* exitoso possa criar cenários urbanos a priori que são diretamente inscritos e programados para fins específicos tais como é o caso da invenção das “*fantasy cities*” como Las Vegas, Orlando, entre outras, o *branding* também pode reciclar repertórios culturais prévios, domesticando-os como locais pitorescos [...]. (Jaguaribe, 2011, p. 330 – grifos da autora)

O título aponta para um jogo de memória: a zona portuária deixou um passado de atraso e, no presente, já desfruta de um “futuro promissor”. No corpo da matéria, verificamos que a memória do atraso é apagada e ressignificada como oportunidade de negócios para empresas globalizadas que desejam atuar numa centralidade histórica da cidade. A figura 3 reproduz a matéria analisada.

CIDADE RENOVADA

e volta para o futuro

Quinze empreendimentos prometem mudar área do Porto, uma das mais antigas da cidade

EDMILLA DE LIMA
edmilli.lima@globo.com.br

Há lugares no Rio que propõem um verdadeiro viés ao passado, como Santa Teresinha. Mas um passeio pela Zona Portuária, uma das áreas mais antigas da cidade, é uma chance de ver um encontro entre o passado e o futuro. Andar por ali é como assistir a uma nova etapa da história do Rio ser desenhada. Sobre um terreno que abrigou traçadeiras e casais, pelo menos oito grandes empreendimentos privados, entre hotéis e prédios comerciais de arquitetura moderna e com predominância de vidros nas fachadas, estão com obras em andamento. Essas intervenções fazem parte de um grupo de 15 projetos que, de acordo com o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF), já foram negociados para a região.

As mudanças na paisagem são cada vez mais claras. Porto da Rodoviária Novo Rio, numa rua nova e ainda sem nome, fica uma das obras que mais se destacam na Zona Portuária: uma torre de concreto de 32 andares que pode ser vista da Avenida Francisco Bicalho e do Viaduto do Gasômetro. Ela abrigará dois hotéis, o Holiday Inn e o Holiday Inn Express. O empreendimento da Odebrecht Realizações Imobiliárias contará com 264 quartos, que serão colocados à venda como unidades autônomas no próximo mês, numa operação que deverá envolver R\$ 200 milhões. A previsão de conclusão é 2016. Também em novembro, começará a funcionar o primeiro edifício privado do Porto Maravilha: o Port Corporate, que já está em processo de locação dos 22 andares e salas. A primeira empresa a ocupar o endereço, a partir do mês que vem, será a Tishman Spayer, responsável pelo projeto. A mesma companhia iniciou a construção, na Via Brás, de uma torre projetada pelo arquiteto brasileiro inglês Norman Foster, antes da cúpula de vidro do parlamento alemão. As obras estão em fase de fundação. A Tishman ainda tem um outro terreno na região, perto do Gasômetro, onde lançará mais um empreendimento.

MAIS 20 PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO

Os maiores projetos da Zona Portuária são viabilizados por meio de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), arrematados em leilão pela CEF em 2011. A compra desses certificados (foram emitidos 6,4 milhões) permite a construção de prédios com maior gabarito, chegando a 150 metros de altura na Avenida Francisco Bicalho.

— Hoje temos 15 negócios firmados para o Porto, que representam um terço de todos os Cepacs disponíveis no começo da operação. Essas permissões vão resultar na construção de 1,3 milhão de metros quadrados de área privada. E temos outros 20 empreendimentos em negociação, que vão consumir mais um terço do estoque total. O outro terço ainda está disponível — informa o gerente de negócios para o setor imobiliário da Caixa, Vitor Hugo, explicando que o estoque total equivale a um potencial construído de 4,5 milhões de metros quadrados.

A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDUR) aprovou 123 empreendimentos privados, sendo 51 residenciais, 38 comerciais, oito culturais, sete de hotelaria, seis institucionais e 13 de outras características. Há, nesse pacote, projetos em fase de aprovação e edifícios já em construção. Um dos maiores planos para a região, ainda em fase de aprovação, será a ocupação do terreno do Gasômetro, uma área de um milhão de metros quadrados que abrigará prédios residenciais e comerciais, shopping e hotéis.

Apesar da velocidade dos avanços para a região, o ritmo dos projetos ainda é lento. A culpa, afirmam empresários envolvidos com negociações na Zona Portuária, é da retração da economia do país. Presidente da Portimóvil, Rubem Vasconcelos diz que o mercado imobiliário deve fechar o ano com um total de vendas 30% menor que o registrado em 2013.



Nova torre no Porto
Hotel de 32 andares

Uma torre de concreto desce na paisagem da Zona Portuária: na construção, funcionando dois hotéis da rede Holiday Inn, que ficará pronta para os Jogos de 2016. Os 264 quartos serão postos à venda em novembro. A inauguração da obra, o resgate do residencial Porto Vida



Primeiro edifício Port Corporate

Com 22 andares e fachada em vidro, o edifício corporativo, em frente ao prédio do Porto, é a primeira obra da iniciativa privada a ficar pronta na área. O endereço abre as portas no próximo mês e a primeira empresa a ocupá-lo será a Tishman Spayer, que criou o projeto



Obras no leilão
Projeto com grife

Obras já trabalham nas escavações para a construção de uma das duas torres projetadas pelo arquiteto inglês Norman Foster. O edifício terá 21 andares e ficará entre a Via Brás e a Avenida Rodrigues Alves

Os investidores, assalada ele, estão temporariamente parados, aguardando o fim do processo eleitoral. Até agora, apenas dois empreendimentos, da Odebrecht, estão comercializados. Em três dias, em junho de 2013, foram vendidos os 490 quartos de um outro prédio que abrigará dois hotéis (das bandeiras Rio e Novo Hotel) e as 239 salas de uma torre no complexo Porto Atlântico Leste, na Avenida Professor Pereira Reis. Os dois edifícios e um terceiro em construção no mesmo terreno ficam prontos até o primeiro semestre de 2016. Daqui a dois meses, a Odebrecht começará as obras de mais três torres, que integram o Porto Atlântico Oeste.

Somente um empreendimento residencial está saindo do papel: o Porto Vida, próximo à Rodoviária Novo Rio, que foi lançado pela decisão do comitê organizador dos Jogos de 2016 de tirar dali as vilas de mídia e de debates das Olimpíadas. O projeto e o cronograma estão sendo revisados. Rubem Vasconcelos afirma que o site falado bem da Zona Portuária ocorreu a partir de 2016, com as obras de infraestrutura e do VLT prontas. — Os projetos vão avançar a partir das Olimpíadas. Com o país pronto, ganharão uma velocidade maior do que de hoje. A ocupação do Porto será um processo de dez a 15 anos. Como o metro quadrado para espaços comerciais, avaliado em R\$ 15 mil (o mesmo valor de Botafogo, mas ainda abaixo dos melhores pontos do Centro, onde custa R\$ 20 mil), a Zona Portuária aposta investidores, deve atrair principalmente empresas já instaladas na cidade. — O Porto não vai ser ocupado por novas empresas que vêm para o Rio, como se pensava lá atrás.

Há uma demanda grande no Rio de empresas hoje instaladas em prédios antigos, com elevadores e que precisam se dividir em quatro ou cinco andares — avalia Rodrigo Galvão, vice-presidente da construtora Cosac, que iniciou o processo de aprovação de um empreendimento junto ao Francisco Bicalho, com quatro torres. Para Stefan Ivanov, CEO do consórcio que vai lançar as Trump Towers (ainda no papel), o Porto Maravilha ocupa um único de espaços corporativos de alto padrão na cidade. — O espaço imobiliário classe AAA no Rio representa uma parte muito pequena do mercado: menos de 10%, sendo que o estoque corporativo está cada dia mais antigo e ultrapassado, com idade média de mais de 40 anos. Não há lugar mais legítimo para esses novos empreendimentos do que o Porto. ■

FIGURA 3: foto da construção de prédios corporativos.
FONTE: *O Globo*, 11 de outubro de 2014, p.16.

Ao mesmo tempo em que se chama atenção para o ritmo lento dos projetos, por conta da “retração da economia do país”, ressalta-se o sucesso das vendas dos hotéis e do Porto Atlântico Leste. Com relação ao Porto Vida Residencial, informa-se que as obras estão paradas desde que o Porto deixou de ser olímpico, mas mais uma vez não se problematiza a questão do legado. O lançamento das *Trump Towers* é tomado como uma novidade na medida em que não se comenta que tal lançamento foi anunciado em 2012, e que havia a promessa de construção de duas das cinco torres para as Olimpíadas.

Se os discursos no início da materialização do Porto Maravilha propagavam que

os megaedifícios seriam ocupados por empresas transnacionais ainda sem sedes na cidade, em 2014 a demanda passava a ser daquelas já instaladas no Rio. Segundo o jornal, empresas fragmentadas pela carência de amplos espaços encontrariam na zona portuária a solução para esse problema.

Os discursos de *O Globo* e da gestão urbana dão a ver o Porto Maravilha como uma promessa de futuro ao mesmo tempo em que agencia um passado. O movimento da memória na fala do legado, entre 2010 e 2014, não é da mesma natureza de um acionamento de memória; é uma reorganização da especulação imobiliária. A lógica contemporânea da cidade global, da parceria público-privada, atua com um valor especulativo, como na dinâmica de negociação da bolsa de valores. O quanto a cidade tem de riqueza interessa menos do que a expectativa simbólica que se constrói sobre a riqueza que ela pode gerar. Expectativa mesma que não precisa ter lastro com o real, posto que é uma promessa.

Esse movimento de memória reconfigurava o que era legado e o que a zona portuária valia (ou precisa valer) para valorizar os CEPACs³ (“ações”) do Porto Maravilha. A resignificação da memória pela via dos silenciamentos valorizava as “ações” do projeto. Se Paes afirmava que o Porto Olímpico foi um “ativismo estatal”, o jornal despontava como ator importante dessa estratégia na medida em que reverberava o discurso oficial.

Essa nova mediação entre o público e o privado nos remete à explicação de Sodrê (2014) sobre o “certo ponto” em que se encontra atualmente o campo comunicacional. Os signos, os discursos e os dispositivos técnicos apontam para um “um novo ecossistema existencial” (Sodrê, 2014, p. 14). Apesar dos meios de comunicação já mostrarem sua face comercial no início século XX, a ascensão do neoliberalismo após os anos de 1970, que tem entre suas principais dinâmicas o encolhimento do Estado e a

³ Os CEPACs são títulos mobiliários utilizados para financiar Operações Urbanas Consorciadas que “recuperam” áreas degradadas nas cidades. Esses títulos permitem que empresas imobiliárias construam empreendimentos maiores que o potencial de construção definido no zoneamento da região. Em leilão eletrônico realizado no dia 13 de junho de 2011, 6,4 milhões de CEPACs foram arrematados, em lote único, pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, que comprou um conjunto de R\$ 3.508.013.490 e ficou responsável pelos R\$ 8 bilhões de investimento no projeto.

desregulamentação do mercado, tornou o capitalismo financeiro e a comunicação um par indissolúvel. “O capitalismo contemporâneo é ao mesmo tempo financeiro e midiático, as duas faces da mesma moeda chamada sociedade avançada [...]” (Sodré, 2014, p. 55).

Sodré (2014) afirma que “capitalismo financeiro” (ou “financeirização”) pode ser entendido pela categoria de “capital fictício” em Marx. O “capital produtivo” é aquele que gera riquezas tangíveis, movimentando a cadeia produtiva e o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, enquanto o “capital financeiro” consiste na troca (não produtiva) à base de títulos de créditos, apontando para um capital de empréstimo que se amplia com uma parte do lucro obtido pela fração produtiva. Dessa forma, estamos diante de uma ficção, de uma imagem de capital não realizado.

Numa modelagem lógico-econômica, Sodré (2014) ressalta que essa argumentação faz sentido, porque dá a ver uma “disfuncionalidade” do sistema capitalista. O aprofundamento desse fenômeno, no entanto, inclui outras dimensões que não somente as econômicas, revelando algo além do “fictício” que concorre para um novo modo de existência humana e um novo modo de ser da riqueza: a “financeirização”.

Ficcionalizando ou virtualizando o real em função da atualidade histórica do capital, o par comunicação/informação contribui, portanto, para ‘naturalizar’ o mercado financeiro como base da aceleração do desenvolvimento econômico e como fonte da ideologia capitalista do bem-estar humano na atual etapa da penetração da lei estrutural do valor (o capital) em todos os espaços existentes dos indivíduos. E assim representa um aspecto da luta de classes em que a modernização neoliberal acarreta o desmantelamento do Estado de bem-estar social e da tradicional organização de forças produtivas em favor da precarização do trabalho, com vistas ao aumento de rendimento do capital fictício. (Sodré, 2014, p. 56 e 57)

Os valores de compra das salas, de andares inteiros e dos apartamentos do Porto Vida Residencial ficaram tão altos que afugentaram empresas e moradores. O fracasso das iniciativas propostas nesses primeiros anos de Porto Maravilha é atribuído à crise econômica que se instalou no país e na cidade, postergando a chegada de uma infraestrutura de serviços – escolas, supermercados e shopping. A possibilidade de inviabilização pela supervalorização do metro quadrado na região, promovida pela

complexa mercantilização de terras públicas e criação dos CEPACs, no entanto, não é problematizada pelos atores envolvidos na legitimação da “revitalização”.

O silenciar não se restringe a calar, mas a fazer calar. É nessa “sociedade” entre o jornalismo, renegando seu lugar de contestador, e a política neoliberal materializada nas parcerias público-privadas que a tônica da cidade-empresa encontra sua sustentação. Como afirmam Orlandi (1999) e Mendonça (2018), devemos entender o silêncio não apenas como “não-presença”, mas como um falar redefinido. Silenciar é impedir pela linguagem que novas formas discursivas e percepções de mundo aflorem para disputar o sentido. Silenciar, então, não é apenas não dizer, mas tirar a ênfase de determinados aspectos.

O “ano olímpico” chegou, passou e os empreendimentos imobiliários que habitavam as regularidades discursivas do Porto Maravilha como “lugar ideal” de moradia e de trabalho não se concretizaram como a gestão urbana e *O Globo* anunciavam. As obras do Porto Vida Residencial continuam paralisadas. Reportagens de diferentes veículos informam que, procurada para dar explicações sobre o retorno das obras, a Odebrecht prefere não comentar o assunto. As *Trump Towers Rio* não saíram do papel. O *Port Corporate Tower*, torre de 22 andares finalizada em novembro de 2014, ficou vazio durante três anos. Foi comprado pelo Bradesco Seguros no final de 2017. O projeto do Lumina Rio, primeiro conjunto de prédios residenciais de alto luxo, foi lançado em 2015. Serão quatro torres de 26 andares. A previsão de entrega da primeira torre era para 2017, o que não aconteceu até hoje. Quando se trata do retorno de uma classe social abastada e de grandes corporações à zona portuária “revitalizada”, o Porto Maravilha ainda é uma promessa.

Considerações finais

As reportagens analisadas apontam para o gesto do jornal *O Globo* em constituir-se numa espécie particular de “guardião da memória oficial” da zona portuária. A tentativa de controlar os fluxos de memória aparece como importante estratégia

discursiva do Porto Maravilha como o “caminho único” para a “recuperação” de bens históricos e para os retornos de moradores da classe média e de grandes corporações ao Centro da cidade

Entre 2010 e 2013, tomar a “revitalização” como um legado olímpico se mostrou uma estratégia discursiva para viabilizá-la financeiramente. O prefeito Eduardo Paes divulgou que as instalações olímpicas seriam transferidas da Barra da Tijuca para a zona portuária. Depois das Olimpíadas tais empreendimentos se tornariam condomínios residenciais para moradores da classe média. A expectativa de construção de grandes prédios corporativos, como as *Trump Towers Rio*, materializava, discursivamente, uma “nova” centralidade econômica global.

Quando o Porto Maravilha foi viabilizado por uma parceria público-privada, os discursos mudaram. A “revitalização” deixou de ser olímpica. Como consequência, algumas obras foram paralisadas, e outras nunca saíram do papel. Inviabilização que se imprime, sobretudo, pela super valorização do metro quadrado na região, promovida pela complexa mercantilização de terras públicas e criação dos CEPACs. O argumento do legado, dessa forma, se revelou uma “armadilha” discursiva ao acelerar o futuro como recurso da especulação imobiliária.

Referências bibliográficas

FORTUNA, Vania Oliveira. *“Rio do Porto Maravilha”, rio de sentidos: lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global*. Doutorado em Comunicação Social – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Dossiê **Espaço Urbano e Imagem Cultural** – <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 22, n. 3, 2019.

DOI: 10.29146/eco-pos.v22i3.27413

JAGUARIBE, Beatriz. *Imaginando a Cidade Maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos*. Porto Alegre: Revista Famecos, v. 18, nº2, p. 327-347, 2011.

MENDONÇA, Kleber. *Ruínas discursivas: a ocupação midiática sem-terra como máquina de guerra nômade*. Tese de Doutorado em Comunicação Social – Universidade Federal Fluminense, 2007.

ORLANDI, Eni. *Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado global*. Chapecó, SC: Argos, 2010.

SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUSA, Mônica Christina Pereira de. *Pode o subúrbio falar? A dislexia discursiva como estratégia de silenciamento e enquadramento das vozes*. Doutorado em Comunicação Social - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: 2012.